



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE
PARA A ADJUDICAÇÃO DA:**

**Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do
Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO
DO CONCURSO**

Código dos Contratos Públicos



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Índice

Artigo 1.º - Objeto do concurso	4
Artigo 2.º - Entidade adjudicante	5
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º - Consulta das peças do concurso	5
Artigo 5.º - Esclarecimentos e retificação das peças procedimentais	6
Artigo 6.º - Erros e Omissões	7
Artigo 7.º - Inspeção dos locais e equipamentos a explorar	8
Artigo 8.º - Prazo de Apresentação das Propostas	9
Artigo 9.º - Documentos que instruem a proposta	9
Artigo 10.º - Entrega da Proposta Eletrónica	11
Artigo 11.º - Retirada da Proposta	12
Artigo 12.º - Forma da Proposta	12
Artigo 13.º - Apresentação de Propostas Variantes	13
Artigo 14.º - Recurso ao Ajuste Direto para a repetição de serviços similares	13
Artigo 15.º - Prazo da prestação de serviço	13
Artigo 16.º - Modo de Apresentação dos documentos das propostas	13
Artigo 17.º - Agrupamentos	13
Artigo 18.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário	14
Artigo 19.º - Modo de apresentação dos Documentos de Habilitação	15
Artigo 20.º - Prazo de validade e obrigação de manutenção das propostas	16
Artigo 21.º - Consulta da Lista dos Candidatos e das Propostas / Soluções / Candidaturas Apresentadas	16
Artigo 22.º - Critério de adjudicação e Modelo de avaliação das propostas	16
Artigo 23.º - Júri do Concurso	17



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 24.º - Audiência prévia.....	17
Artigo 25.º - Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....	18
Artigo 26.º - Relatório Final.....	18
Artigo 27.º - Adjudicação, entrega de documentos, contrato	19
Artigo 28.º - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	19
Artigo 29.º - Caução.....	20
Artigo 30.º - Seguros	20
Artigo 31.º - Encargos do Concorrente.....	20
Artigo 32.º - Acesso às peças do concurso e seu custo.....	20
Artigo 33.º - Preço Base	20
Artigo 34.º - Preço ou custo anormalmente baixo	21
Artigo 35.º - Legislação aplicável	21
ANEXO I - Modelo de declaração	22
ANEXO II - Modelo de declaração.....	24
ANEXO III - Modelo de Proposta global.....	26
ANEXO IV - Modelo de guia de depósito.....	27
ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO (Caução Inicial)	28
ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (Reforço de Caução)	30
ANEXO VII - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (Adiantamento).....	32
ANEXO VIII - Modelo de seguro-caução à primeira solicitação	34
ANEXO IX - Lista de preços unitários mensais e mapa de quantidades	35
ANEXO X - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	37



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Artigo 1º - Objeto do concurso

1.1. O presente concurso tem por objeto a adjudicação de uma proposta para prestação de serviços intitulada **“Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026”**, de acordo com o presente programa e anexos, caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas.

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de exploração, manutenção e conservação de diversos sistemas de águas residuais descritos no anexo técnico (*ETAR clássica de Vimioso, ETAR clássica de Carção, ETAR clássica de Argoselo, 25 ETAR'S compactas em Vale de Pena, Pinelo I, Pinelo II, S. Joanico, Vale de Frades, Serapicos, Avelanoso, Angueira, Caçarelhos I, Caçarelhos II, Vilar Seco, Vila Chã, Uva, Mora, Vale de Algos, Algos I, Algos II, Campo de Víboras, Zona Industrial de Vimioso, Santulhão I, Santulhão II, Avinhó, Matela, Junqueira e da Terronha e 15 Estações Elevatórias de Águas Residuais em Vale de Frades, S. Joanico, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco I, Vilar Seco II, Vila Chã, Campo de Víboras, Vale de Covo em Vimioso, Fonfria em Vimioso, S. Vicente em Vimioso, Parque de Campismo em Vimioso, Argoselo I, Argoselo II e Vale de São Miguel e ainda todas as adutoras gravíticas ou condutas elevatórias associadas às ETAR's e Estações elevatórias*), desenvolvendo todas as atividades necessárias ao seu perfeito funcionamento de forma a garantir o tratamento das águas residuais 24 horas por dia e simultaneamente garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga das águas residuais tratadas como estipulado legalmente no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015) ou outro que o possa vir a substituir e nas licenças de descargas das respetivas ETAR's, devendo processar uma correta manutenção e conservação de todas as instalações incluindo todos os trabalhos, todas as substituições de equipamentos que sejam necessárias mesmo que por limite de vida útil dos mesmos, toda a mão-de-obra, todos os materiais, todas as ferramentas, todos os meios de transporte de pessoal e equipamentos, reagentes, telefones e tudo o demais que seja necessário à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

responsabilidade do Município de Vimioso.

1.2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos.

1.3. O procedimento de concurso público foi adotado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

1.4. Dado o limite máximo da despesa se fixar acima do limiar de publicitação no JOUE, a publicitação do concurso público é feita também no mesmo.

1.5. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é:

Vocabulário Principal = 90420000-7 – Serviços de tratamento de águas residuais.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

2.1. A entidade adjudicante é o MUNICIPIO DE VIMIOSO, sito na Praça Eduardo Coelho, 5230 315 Vimioso, com o telefone n.º 273 518 120, fax n.º 273 512 510, e-mail: sosb@cm-vimioso.pt

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

3.1. A decisão de contratar foi tomada pela Câmara Municipal de Vimioso.

Artigo 4.º - Consulta das peças do concurso

4.1. O processo do procedimento de concurso para a **“Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026”**, encontra-se patente na Secção de Obras e Saneamento Básico do Município de Vimioso, sita na “Rua D. António Ribeiro, 5230 310 Vimioso, com o telefone n.º 273 518 120, fax n.º 273 512 510, e-mail sosb@cm-vimioso.pt.” onde pode ser examinado e fornecido gratuitamente, das 9 às 17:00 horas, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

4.2. As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov** acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., após publicação do anúncio no Diário da República.

4.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.

4.4. Para ter acesso à plataforma da ACINGOV, deverá efetuar os seguintes passos:

Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", selecione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados pela **AcinGov** os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

Mais informações através do número 707 451 451.

Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças do procedimento estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

4.5. A apresentação das propostas será feita na referida Plataforma Digital atrás referida

Artigo 5.º - Esclarecimentos e retificação das peças procedimentais

5.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, são da competência do órgão competente para decisão de contratar (artigo 50º, número 5. alínea a) do CCP) e devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação Acingov, na funcionalidade respetiva, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 50º, número 1. do CCP), à entidade adjudicante.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

5.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo órgão competente para decisão de contratar, por escrito, através da plataforma eletrónica AcinGov na ferramenta respetiva, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado (artigo 64º, número 1. do CCP).

5.3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá proceder à retificação de erros ou omissões bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo que o referido no nº 5.2 ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.

5.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos e retificações ao Concorrente que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e proceder-se-á à notificação dos mesmos a todos os interessados que tenham obtido as peças do processo de concurso e tal será publicitado na plataforma eletrónica Acingov de acordo com o artigo 50º, número 8. do Código dos Contratos Públicos.

5.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência (artigo 50º, número 9. do CCP).

Artigo 6.º - Erros e Omissões

6.1 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 50º, número 1 do CCP), os interessados devem apresentar através de plataforma eletrónica Acingov, na ferramenta “respetiva” ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados e que digam respeito a, nomeadamente:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis; ou

d) Erros ou omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.

6.2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, acucando com diligência objetivamente exequível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato (50º, número 3. do CCP).

6.3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para abertura das propostas, o órgão competente para decisão de contratar, pronuncia-se por escrito, através da plataforma eletrónica Acingov na ferramenta respetiva, sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que nesse prazo não sejam por ele expressamente aceites.

6.4 - Quer as listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados, quer a decisão que venha recair sobre essa lista devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica.

6.5 - A decisão prevista no número anterior é publicitada na plataforma Acingov utilizada pela entidade adjudicante e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

Artigo 7.º - Inspeção dos locais e equipamentos a explorar

7.1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão inspecionar os locais e equipamentos da prestação de serviço e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de prestação do serviço.

7.2. Os interessados não poderão, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos ou estudos para condicionar a apresentação da sua proposta.

7.3. Independentemente das informações fornecidas nas peças patenteadas a concurso, entende-se que, com a apresentação da sua proposta, o Concorrente se inteirou das condições de realização de todas as tarefas referentes à prestação de serviço, tendo procedido a todas as avaliações,



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação das estruturas e dos equipamentos existentes e de todos os factos e circunstâncias relevantes para desenvolvimento da prestação de serviço de gestão e manutenção objeto do presente Concurso.

7.4. Os interessados que efetuarem os estudos e/ou reconhecimento referidos em 7.1, fazem-no por sua própria responsabilidade, sendo da sua responsabilidade o pagamento de eventuais indemnizações por prejuízos causados com os referidos trabalhos.

Artigo 8º. - Prazo de Apresentação das Propostas

As propostas, bem como os documentos que as integram, serão entregues, pelos concorrentes, até às **17h00 do 30º dia (incluindo na contagem sábados, domingos e feriados) a contar da data de envio do anúncio para o Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia e para o Diário da República, que deve ocorrer em simultâneo.**

Artigo 9º - Documentos que instruem a proposta

9.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública como previsto no nº 6 do artigo 57º do CCP e cujo modelo se junta no **Anexo X**.

9.2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:

a) Proposta económica, que deve incluir:

a.1. – Proposta de preço total global, elaborada de acordo com o **Anexo III** do presente Programa de Procedimento em formato PDF.

a.2 – Lista de preços unitários e mapa de quantidades de prestação de serviço elaborada de acordo com o **Anexo IX** do presente Programa de Procedimento, em formato PDF. Esta lista deve ser



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

exportada após o preenchimento da coluna dos preços unitários do mapa de quantidades/lista de preços unitários disponibilizado na plataforma Acingov, sendo que, em caso de divergência, considera-se esta última a lista de preços prevalecente.

a.3 - Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Tanto o preço global como os preços parciais deverão ser apresentados em Euros, não incluindo IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto à taxa legal em vigor.

9.3. Documentos que contenham os termos ou condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:

a) Proposta Técnica especificando, no mínimo, o seguinte:

a.1 –Plano de tarefas/rotinas que se propõe executar, com os percursos associados, tempo de permanência e cadência/calendarização que, no mínimo, deverão dar resposta às tarefas/rotinas de referência constantes no artigo 12.º do Caderno de Encargos- Cláusulas Técnicas.

a.2 – Programa de controlo analítico dos diversos sistemas de tratamento de águas residuais existentes no Município de Vimioso, explicitando:

a) Pontos de amostragem;

b) Parâmetros a determinar;

c) Frequência de amostragem/análise para cada parâmetro;

d) Métodos analíticos a usar;

e) O laboratório, acreditado, onde se irão realizar as análises de controlo analítico.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

O Controlo analítico não pode ser inferior ao exigido legalmente, nos termos do Caderno de Encargos- Cláusulas Técnicas.

a.3 – Documento relativo à equipa técnica a afetar à exploração da qual conste o organograma funcional, o número, a qualificação, o curriculum vitae do chefe de equipa e do técnico coordenador acompanhado dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da experiência exigidas, e a percentagem de afetação dos seus elementos. A equipa técnica deverá incluir, no mínimo, os elementos definidos no artigo 7.º do Caderno de Encargos - Cláusulas Técnicas.

a.4 - Descrição dos meios de exploração a afetar à prestação de serviços, incluindo viaturas, material e equipamentos, escritório, ferramentas genéricas e específicas das áreas mecânicas e elétricas, fardamento e EPIs, conforme definido no nº 8 do Caderno de Encargos - Cláusulas Técnicas.

9.4. Certidão permanente do registo comercial.

9.5. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.º 1 e 3 a 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

9.6. A fim de permitir uma melhor consulta, análise e aplicação de critérios de adjudicação de propostas, cada um dos documentos exigidos deve obrigatoriamente ser apresentado em ficheiros de formato PDF, fazendo corresponder a cada alínea um ficheiro próprio. No caso de não ser possível agrupar, num só ficheiro, os elementos de uma determinada alínea, deve o conjunto desses elementos ser compactado em pasta de formato ZIP. Em resumo, deve-se entregar um ficheiro do tipo PDF por alínea ou uma pasta em formato ZIP por alínea.

Artigo 10º - Entrega da Proposta Eletrónica

10.1. A entrega da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica através da plataforma eletrónica de contratação pública **AcinGov**, acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

10.2. A entrega das propostas a efetuar através da plataforma eletrónica de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

10.3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

10.4. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

10.5. Os ficheiros das propostas devem ser apresentados de acordo com o previsto no artigo anterior, nomeadamente no que se refere ao formato e á coincidência de ficheiro por alínea exigida.

Artigo 11º - Retirada da Proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no artigo 137.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 12º - Forma da Proposta

12.1. A proposta, será redigida em língua portuguesa e processada informaticamente.

12.2. A proposta será assinada eletronicamente pelo Concorrente ou seu representante.

12.3. O preço da proposta será expresso em Euros e não incluirá o imposto sobre o valor acrescentado.

12.4. A proposta deve conter todos os elementos exigidos no artigo 9º e ser elaborada em conformidade com o mesmo.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

12.5. Além da proposta devem ser assinados eletronicamente todos os documentos que a ela estejam associados.

Artigo 13.º - Apresentação de Propostas Variantes

13.1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

Artigo 14.º - Recurso ao Ajuste Direto para a repetição de serviços similares

14.1 Desde já se estabelece que não se prevê o ajuste direto previsto no n.º 1 do artigo 27.º do CCP, para a aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do presente procedimento.

Artigo 15.º - Prazo da prestação de serviço

15.1 O prazo para a prestação de serviço será de **36 meses**, contados desde o início da exploração, que, previsivelmente, ocorrerá no dia 19 de janeiro de 2024.

Artigo 16.º - Modo de Apresentação dos documentos das propostas

16.1. Os documentos que constituem as propostas deverão ser apresentados nos termos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º - Agrupamentos

17.1. Ao concurso poderão apresentar-se Agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

17.2. A constituição jurídica dos Agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis, perante o Município de Vimioso, pela manutenção da sua proposta, com as legais consequências. Qualquer alteração na composição do Agrupamento e/ou do Consórcio terá de ser autorizada previamente pelo Município de Vimioso.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

17.3. Todas as empresas constituintes de Agrupamento ou Consórcio têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 18.º, que lhes são aplicáveis.

17.4. Os membros de um Agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro Agrupamento concorrente.

17.5. No caso de a adjudicação ser realizada a um Agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio externo de responsabilidade solidária.

Artigo 18.º - Documentos de habilitação a apresentar pelo Adjudicatário

18.1. No prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, cujo modelo consta do **Anexo II** deste programa de procedimento;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Certidão permanente do registo comercial.
- d) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, caso o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o adjudicatário não seja pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.

18.2. O adjudicatário dispõe do prazo de cinco de 5 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

18.3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos na alínea b) do número 18.1. devem ser apresentados por todos os seus membros.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

18.4. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

Artigo 19.º - Modo de apresentação dos Documentos de Habilitação

19.1. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

19.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

19.3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 19.1.

19.4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 19.1., em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

19.5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

19.6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 20.º - Prazo de validade e obrigação de manutenção das propostas

20.1. Os Concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas, pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 21.º - Consulta da Lista dos Candidatos e das Propostas / Soluções / Candidaturas Apresentadas

21.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma AcinGov a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos, tal como definido no artigo 138.º do CCP.

21.2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efetuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.

a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos “respondidos” e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores “Proposta” e “Lista de Concorrentes”, podendo visualizar no separador “Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

c) De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

Artigo 22.º - Critério de adjudicação

22.1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada por uma modalidade monofator, na qual o preço é o



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

único aspeto da execução do contrato a celebrar que densifica o critério de adjudicação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual.

22.2. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, em caso de empate entre propostas o desempate far-se-á com recurso a um sorteio, a realizar em data e hora a definir pelo júri do concurso e a realizar nas instalações do Município de Vimioso, sendo convidados a assistir todos os concorrentes. O ato será praticado independentemente do número de concorrentes presentes. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri.

Artigo 23.º - Júri do Concurso

23.1. As propostas serão analisadas pelo Júri do Concurso, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

23.2. O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, nomeados pelo órgão competente para a decisão de contratar, para a emissão de pareceres em áreas especializadas ou participar nas reuniões do júri mas sem direito a voto, nos termos do n.º 6 do artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos.

23.3. Após análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, fundamentado sobre o mérito das propostas avaliadas, ordenando-as de acordo com metodologia de avaliação fixada para o efeito.

23.4. No Relatório Preliminar, o Júri do Concurso deverá também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 24.º - Audiência prévia

24.1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, nos termos do disposto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

24.2. Os concorrentes dispõem de um prazo de cinco dias úteis, após a notificação do Relatório Preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.

Artigo 25.º - Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

25.1. O Júri do Concurso pode pedir aos Concorrentes, nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do CCP, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e avaliação das mesmas.

25.2. Os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72º do Código dos Contratos Públicos.

25.3. O júri deve solicitar aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas candidaturas e propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, tal como descrito no n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 26.º - Relatório Final

26.1. Cumprido o disposto no artigo 24.º (audiência prévia), o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

26.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 27.º - Adjudicação, entrega de documentos, contrato

27.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final de análise das propostas, tal como definido nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 77.º do CCP.

27.2. O adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, é também notificado nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, para:

- a) Apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos por lei, nomeadamente os previstos no artigo 81.º do CCP e pelo presente Programa de procedimento;
- b) Prestar caução no montante e condições exigidas no artigo 29.º do presente Programa de procedimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do n.º1 do artigo 90.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante.
- c) Confirmar no prazo de 10 dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d) Se pronunciar, no prazo de 10 dias úteis sobre a minuta de contrato, quando este for reduzido a escrito;
- e) Confirmar no prazo de 10 dias úteis, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

27.3. O disposto no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos não se aplica ao presente procedimento.

Artigo 28.º - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

28.1. Serão notificados em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário (n.º1 do artigo 85 do CCP), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

28.2. Os documentos de habilitação serão disponibilizados para consulta de todos os Concorrentes (n.º2 do artigo 85 do CCP) na plataforma eletrónica Acingov.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 29.º - Caução

29.1 - A caução, no valor de 5% do valor da adjudicação (nº 1 do artigo 89 do CCP), destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem do Município de Vimioso, nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente Programa, que dele faz parte integrante;
- b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente Programa, que dele fazem parte integrante.

Artigo 30.º - Seguros

30.1. O Adjudicatário deverá ser tomador dos seguros estabelecidos no Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais.

Artigo 31.º - Encargos do Concorrente

31.1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, bem como todas as despesas derivadas da prestação das cauções, contrato e do processo do Tribunal de Contas.

31.2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário, conforme o artigo 94.º do Código dos Contratos Público.

Artigo 32.º - Acesso às peças do concurso e seu custo

32.1. O interessado deverá descarregar da plataforma Acingov as peças do concurso, a título gratuito.

Artigo 33.º - Preço Base

33.1. O preço base para efeito de concurso é de **€ 803 242,94 (oitocentos e três mil, duzentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 34.º - Preço ou custo anormalmente baixo

34.1. A Câmara Municipal não definiu preço anormalmente baixo.

Artigo 35.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa do Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Vimioso, setembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Vimioso,

(António Jorge Fidalgo Martins)



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, ambos do CCP, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO III - Modelo de Proposta global

PROPOSTA

.....(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da prestação de serviço de..... (designação da prestação), a que se refere o anúncio datado de....., obriga-se a executar a referida prestação de serviço, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários, anexa, da proposta e que dela fazem parte integrante e nos termos do disposto nos artigos 60º e 97º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Ao preço contratual acima indicado estão incluídos todos os esclarecimentos e retificações das peças de procedimento incluindo eventuais erros ou omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela Câmara Municipal de Vimioso, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IV - Modelo de guia de depósito

Vai, com sede, pessoa coletiva n.º
....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º
....., com o capital social de, depositar
na..... (sede, filial, agência ou delegação)
da..... (instituição) a quantia de
.....Euros...(..... euros),
..... (em dinheiro ou representada por.....) como
caução exigida para a Prestação de Serviço de.....,
para os efeitos do disposto no artigo 88.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos. Este
depósito fica à ordem do Município de Vimioso, a quem deve ser remetido o respetivo
conhecimento.

Data ...

Assinatura,



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO (Caução Inicial)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, vem o Banco....., com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/____, declarar prestar a favor do Município de Vimioso, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros(.....euros), correspondente à caução de 5% de.....Euros (valor de adjudicação), prevista no Programa de Concurso para a adjudicação da Prestação de Serviço de, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação da referida prestação de Serviço.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que o Município de Vimioso, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Município de Vimioso, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Vimioso, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de Euros (..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO VI - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (Reforço de Caução)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, vem o Banco, com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/__, declarar prestar a favor do Município de Vimioso, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de Euros (..... Euros), correspondente à substituição da retenção de 5% do valor da facturação para reforço da caução prestada em garantia da Prestação de Serviço de

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que o Município de Vimioso, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Município de Vimioso, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Vimioso, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois deEuros... (.....Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade).



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO VII - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA (Adiantamento)

Em nome e a pedido de (Adjudicatário), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, vem o Banco, com sede em, com capital social de, registado na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º ... de __/__/__, declarar prestar a favor do Município de Vimioso, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor deEuros (..... euros), correspondente à caução de adiantamento de ... (%) S/ Euros (valor de adjudicação), prevista na Cláusula n.º ... do Contrato de Prestação de Serviço de

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que o Município de Vimioso, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Município de Vimioso, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Vimioso, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da lei aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

É pois de Euros(..... Euros) o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas(Reconhecidas na qualidade).



MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO VIII - Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A companhia de seguros....., com sede em..... matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de Município de Vimioso, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente à caução de 5%¹ prevista no Programa de Concurso destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o n.º, com o capital social de, assumirá no contrato que com ela o Município de Vimioso, vai outorgar e que tem por objeto..... (designação da Prestação de Serviço), regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Vimioso, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Vimioso, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca correspondente o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IX - Lista de preços unitários mensais e mapa de quantidades

Código	Designação	Unidade	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução de relatório, no início da atividade, em que se deve inventariar todo o equipamento existente em todas as instalações, bem como, as condições atuais em que se encontram	UN	1		
2	Execução de relatório, no fim da atividade, em que se deve inventariar todo equipamento existente em todas as instalações, bem como, as condições atuais em que se encontram (a entregar um mês antes do fim do contrato)	UN	1		
3	Serviço de Gestão e Manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vimioso.	mês	36		
4	Serviço de Gestão e Manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Carção.	mês	36		
5	Serviço de Gestão e Manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Argoselo.	mês	36		
6	Serviço de Gestão e Manutenção das Estações de Tratamento de Águas Residuais compactas de:				
6.1	Vale de Pena	mês	36		
6.2	Pinelo I	mês	36		
6.3	Pinelo II	mês	36		
6.4	S. Joanico	mês	36		
6.5	Vale de Frades	mês	36		
6.6	Serapicos	mês	36		
6.7	Avelanoso	mês	36		
6.8	Angueira	mês	36		
6.9	Caçarelhos I	mês	36		



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Código	Designação	Unidade	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
6.10	Caçarelhos II	mês	36		
6.11	Vilar Seco	mês	36		
6.12	Vila Chã	mês	36		
6.13	Uva	mês	36		
6.14	Mora	mês	36		
6.15	Vale de Algosó	mês	36		
6.16	Algosó I	mês	36		
6.17	Algosó II	mês	36		
6.18	Campo de Víboras	mês	36		
6.19	Zona Industrial de Vimioso	mês	36		
6.20	Santulhão I	mês	36		
6.21	Santulhão II	mês	36		
6.22	Avinhó	mês	36		
6.23	Matela,	mês	36		
6.24	Junqueira	mês	36		
6.25	Terronha.	mês	36		
7	Serviço de Gestão e Manutenção da Estações Elevatórias de Águas Residuais de:				
7.1	Vale de Frades	mês	36		
7.2	S. Joanico	mês	36		
7.3	Angueira	mês	36		
7.4	Caçarelhos	mês	36		
7.5	Vilar Seco I	mês	36		
7.6	Vilar Seco II	mês	36		
7.7	Vila Chã	mês	36		
7.8	Campo de Víboras	mês	36		
7.9	Vale de Covo em Vimioso	mês	36		
7.10	Fonfria em Vimioso	mês	36		
7.11	S. Vicente em Vimioso	mês	36		
7.12	Parque de Campismo em Vimioso	mês	36		
7.13	Argoselo II	mês	36		
7.14	Argoselo II	mês	36		
7.15	Vale de São Miguel em Vimioso	mês	36		
Preço total global					



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO X - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Em relação aos procedimentos de contratação para os quais tenha sido publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, as informações exigidas na Parte I serão automaticamente recuperadas, desde que o DEUCP tenha sido preenchido utilizando o serviço DEUCP em linha. Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do aviso recebido

-

Número do anúncio no índice do JO:

-

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

-

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Nome oficial:

Município de Vimioso

País:

Portugal

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026

Descrição sucinta:

Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ou pela entidade contratante (caso aplicável):

CPI/2/2023

Parte II: Informações sobre o operador económico

Nome:

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

-

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Pessoa ou pessoas a contactar:

-

Número de IVA, se aplicável:

-

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

-

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

☐ Sim

☐ Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

☐ Sim

☐ Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

desfavorecidos?

-

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

-

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

☐ Sim

☐ Não

• Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

-

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

-

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

-

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

☐ Sim

☐ Não

• Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

☐ Sim

☐ Não



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

☐ Sim

☐ Não

• Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

• Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-

Apelido

-

Data de nascimento

-

Local de nascimento

-

Rua e número:

-

Código postal:

-

Localidade:

-

País:



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Correio eletrónico:

-

Telefone:

-

Cargo/Agindo na qualidade de:

-

Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

-

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

☐ Sim

☐ Não

• Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

• (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

☐ Sim

☐ Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42). Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável?

Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

-

Emitente

-

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

☐ Sim

☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

☐ Sim

☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

ou multas?

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

☐ Sim

☐ Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

☐ Sim

☐ Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

-

Queira descrever os meios utilizados

-

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?
Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

-16-

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Situação análoga, como falência ao abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

☐ Sim

☐ Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

☐ Sim

☐ Não

Queira descrever essas medidas

-

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Parte IV: Critérios de seleção



MUNICIPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL

No que respeita aos critérios de seleção, o operador económico declara que

Preenche todos os critérios de seleção requeridos

Queira inserir a sua resposta

☐ Sim

☐ Não

Terminar

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando:

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emitente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I. Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-

Local

-

Assinatura